

Plano de Auditoria de Longo Prazo 2018/2021

Primeira revisão - fevereiro/2021

INTRODUÇÃO

A execução do Plano de Auditoria de Longo Prazo (PALP) 2018/2021 do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe foi impactado pela superveniência de revisões nas auditorias coordenadas do Conselho Nacional de Justiça, no Plano de Auditoria de Longo Prazo da Justiça Eleitoral e edição da Instrução Normativa 84/20 do Tribunal de Contas da União, que resultou no início, ainda em 2020, da auditoria das contas daquele exercício. Em função desta última inovação as auditorias de contas serão realizadas todos os anos.

Por fim, outro impacto relevante para a execução do PALP 2018/2021 foi a pandemia de coronavírus, que repercutiu nas auditorias previstas para 2020.

II – ÁREAS A SEREM AUDITADAS:

Auditorias Integradas sob a coordenação do TSE, conforme Plano de Auditoria Integrada de Longo Prazo – Palp 2018-2021 da Justiça Eleitoral:

Servidores – Processo de Gestão da Força de Trabalho - **Exercício 2018;**

Instalações Físicas – Processo de Gestão do Patrimônio Imobiliário (acesso, condições das instalações prediais, espaço interno, segurança, entre outros) - **Exercício 2019;** - alterada pelo TSE para Avaliação dos Indicadores Estratégicos – **Exercício 2019.**

Estrutura Tecnológica de TIC – Processo de Gestão de Tecnologia de Informação (comunicação de dados, segurança da informação, sistemas e serviços de TIC, entre outros) – **Exercício 2020;** - alterada pelo TSE para Gestão da Infraestrutura de TIC, com enfoque na gestão de ativos – **Exercício 2020** (com finalização da execução em **2021**).

Bens Patrimoniais – Processo de Gestão do Patrimônio Mobiliário (mobiliário, telefonia, informática, entre outros) – **Exercício 2021.** - alterada pelo TSE para Auditoria financeira integrada com conformidade (auditoria nas contas) – **Exercício 2021.**

Auditorias Coordenadas – CNJ:

Auditoria de Tecnologia da Informação, com escopo na avaliação de conteúdos estabelecidos para governança, gestão, riscos e controle de TIC, considerando projetos, processos, riscos e resultados de TIC em comparação com os padrões internacionalmente aceitos como COBIT,

PMBOK, ITIL, CMMI, ISO 17799, e ISO 27001, bem como com as Resoluções CNJ nº 182/2013, 211/2015 e nº 91/2009. Levará em consideração o perfil de governança de tecnologia da informação e comunicação traçado pelo Tribunal de Contas da União - **Exercício 2018;**

Auditoria Contábil, Financeira, Orçamentária, Patrimonial e Operacional; - alterada pelo CNJ para Governança orçamentária e financeira, planejamento, gerenciamento, execução e gestão contábil – **Exercício 2019;**

Auditoria na Gestão Documental. - – **Exercício 2019;**

Avaliação da Política de Acessibilidade – **Exercício 2021.** - incluída pelo CNJ.

Demais áreas:

Contas – financeira integrada com conformidade – incluída pela IN 84/2020 TCU - **anualmente a partir do exercício de 2020;**

Governança e Gestão das Aquisições;

Governança de Pessoas;

Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial;

Gestão de Tecnologia da Informação; - alterada pela equipe do TRE-SE para Governança e Gestão das Contratações de Tecnologia da Informação e Comunicação;

Gestão de Obras e Reformas; - suspensa pela equipe do TRE-SE;

Segurança da Informação e Controle de Acesso aos ativos de TIC; - incluída pela equipe do TRE-SE;

Eficácia das Contratações de TIC;- incluída pela equipe do TRE-SE;

Gestão das Despesas com Pessoal, inclusive Serviço Extraordinário;

Avaliação de Resultados (planejamento estratégico, projetos, programas);

Avaliação da Regularidade dos Processos Concessivos de Diárias;

Avaliação da Legalidade nos Processos de Requisição de Servidor;

Avaliação das Concessões de Licenças, Vantagens, Tempo de Serviço, Abono de Permanência e Ajuste de Contas; - alterado pela equipe do TRE-SE para Avaliação das Concessões de Diárias, Licenças, Vantagens, Tempo de Serviço, Abono de Permanência e Ajuste de Contas;

Avaliação dos Atos de Admissão de Pessoal e Concessões de Aposentadorias e Pensões;

Gestão do Patrimônio Imobiliário; - incluída pela equipe do TRE-SE;

Avaliação de Controles Internos em Nível de Entidade.

Aracaju/SE, 08 de fevereiro de 2021.

Ivanildo Alves de Medeiros
Chefe da SEAUG

Silvânia Martins de Santana
Chefe da SEAPE

Adail Vilela de Almeida
Coordenador de Auditoria Interna